

O ESPECTRO

*Admonet in somnis et turbida terret imago.
Horrido Espectro me atormenta em sonhos.*

Lisboa, 27 de junho

A junta do Porto aceitou os artigos da mediação. Se a guerra ainda dura a culpa não é d'ella, é dos fedifragos que não cumprem o que prometteram. Eis-ahi o documento da acceitação.

Illm.º e exm.º sr. — A junta provisoria do governo supremo do reino aceitou os quatro artigos primitivamente apresentados pelos commissarios dos governos de S. M. B. e S. M. C. porém entendeu que sem prejuizo d'esta acceitação ella deve por na presença de S. M. F. uma exposição respeitosa e sincera das circumstancias, que importa levar ao real conhecimento para remover quaesquer obstaculos, que possam impedir ou demorar a prompta e leal reconciliação de todos os portuguezes em volta do throno de S. M. F. Para esta importante e honrosa missão nomeára a junta o Marquez de Loulé, par do reino, no qual concorrem todas as circumstancias para poder desempenha-la dignamente, a aprasimento de todos. A junta em nome de toda a nação espera de v. ex.ª a mais efficaz cooperação n'este negocio, do qual depende a felicidade e a paz futura d'este paiz. A junta apreveita esta occasião para renovar a v. ex.ª os protestos da sua alta estima e consideração. — Porto, e palacio da junta provisoria do governo supremo do reino, em 5 de junho de 1847. — Illm.º e exm.º sr. G. H. Seymour, ministro plenipotenciario de S. M. B. junto á corte de Lisboa. — *José da Silva Passos* vice-presidente — *Francisco de Paula Lobo d'Avila* — *Justino Ferreira Pinto Basto* — *Antonio Luiz de Seabra* — *Sebastião d'Almeida e Brito.*

O Marquez de Loulé veio a Lisboa; poucas e faceis de cumprir eram as suas exigencias — queria a execução fiel dos artigos do protocollo, queria um ministerio que não fosse cabralista.

Sebemos que o actual gabinete declina o la- beo de cabralista desde que esse epitheto se reputa infamia, e é uma inhabilidade para o po-

der; mas a justificação é impossivel. Fallamos de cada um d'elles.

O conde do Tojal serviu todo o tempo que durou o ministerio Cabral; teve parte em todas as iniquidades d'aquella odiosa administração; concorreu para os fuzilamentos nas eleições; propôz, sustentou e publicou essas famosas leis de impostos que foram a origem do pronunciamiento do Minho. E' par e conde do Costa Cabral, e achando-se em Londres quando houve a tenebrosa noute de 6 d'outubro quiz justificar perante lord Palmerston aquelle golpe d'estado.

O sr. Almeida Proença foi um strenuo defensor de todas as arbitrariedades cabralinas. Par e conselheiro d'estado do Costa Cabral allegava esta circumstancia para se desculpar de todos os votos que dava. Encarregou-se uma vez de apresentar uma representação contra a agiotagem da companhia confiança, deu rasão aos signatarios d'ella, e por fim não cumpriu a palavra confessando que os Cabraes haviam exigido d'elle que faltasse a ella! N'uma reunião cabralista foi de voto que os prisioneiros de Torres Vedras fossem para Angola!

Ora se estes dois homens não são cabralistas quem é que o será? Somo-lo nós de certo, é o a Maria da Fonte, é o a junta do Porto.

Cabralista é tudo quanto apoiou a ominosa administração cabral; é tudo quanto concorreu com o seu voto e com os seus actos para sustentar aquelle ministerio que fez a ruina do paiz, é tudo quanto se oppôz aos esforços da opposição para o derribar.

Quem diz Cabraes diz toda a sua maioria. Não se entende, não se pode entender outra cousa.

O ministro da guerra é barão do Cabral — pertence a essa enxurrada que deslustra a nobreza portugueza: foi elevado áquelle titulo não só pelas suas opiniões, mas pelo sangue que fez correr no districto de Coimbra nas eleições de 1845. O marechal Saldanha achou-se prompto para apoiar a contra-revolução de 6 d'outubro, e deu-lhe o commando da 2.ª divisão

militar contra a lei porque era official reformado; e foi dos que concorreu para o assassinato horroroso do juiz de direito Joaquim Rodrigues de Campos.

O ministro dos negocios estrangeiros foi sempre cabralista. Sem voto no parlamento era um dos berradores a favor d'aquella desastrada administração nas arcadas do Terreiro do Paço. Creatura do Dietz era um admirador da noute de 6 d'outubro, cujo plano, depois de o elogiarem, modestamente attribuiu a si. Recebe as inspirações que de Madrid lhe manda Costa Cabral, e ainda depois de ministro é um humillissimo servo d'aquelle celebre estadista.

E o sr. Manoel Duarte Leitão? Oh! esse não tem principios. Sustenta hoje o que amanhã combate. Ora entende d'um modo os artigos da carta, ora d'outro. Hoje acha-se encarregado de dirigir a politica do *Diario*, de corregir os absurdos do capellão do ministerio, e como o faz? Vêde todos esses artigos, percorrei as columnas d'aquella folha desde 28 de abril, e achareis a apologia constante dos Cabraes e uma continuada diatribe contra tudo quanto cheira a popular. Lançai os olhos para o *Diario* de 20 de maio, e ahí lereis uma ladainha de encomios á administração anterior á revolução do Minho. *Então (diz elle) havia paz, segurança, ordem e abundancia: depois appareceu desordem, penuria, descredito e confusão!*

Que será isto se não ser cabralista? Cabralista é o que segue os principios politicos dos Cabraes, e o sr. Duarte Leitão é um dos seus maiores apologistas. Se não os ama como pessoas, abraça as suas doutrinas; e nós não temos nada com as pessoas dos Cabraes, que podem ser excellentes, mas temos tudo com a sua politica que é detestavel.

Por isso é que a junta do Porto não tem desarmado. Nomeie a rainha... Perdoem-nos o engano — nomeie o sr. Seymour um ministerio na conformidade do artigo 4.º do protocollo, e tudo se arranjará em bem, não correrá mais sangue, e esse jugo vergonhoso dos alliados parecerá menos pesado.

A administração é cabralista porque estão em pé todos os seus instrumentos. Os assassinos por ahí andam armados, Costa Cabral representa a rainha em Madrid, todas as suas creaturas são os que teem na mão a força publica, Saldanha, o causador de tantos males, commanda a coorte dos janisarios que assolam o paiz e dizem-nos depois d'isto que o ministerio não é cabralista? Com taes agentes era cabralista a propria junta do Porto se estivesse no poder. O cabralismo é um systema complexo, é a administração com todas as suas rodas, é o governo do estado em todas as suas jerarchias.

Não é necessario esmagar o Porto, é politico faze-lo. Tudo aquillo dispersa, tudo entra na obediencia da rainha logo que esta (ou os alliados) deem garantias de lealdade, e essas

garantias estão no cumprimento do que lhe diz respeito.

A junta cumpriu; cumpra agora a côrte, ou esses soberanos que nos governam, o que prometteram.

E a nós sobra-nos rasão. Lord Palmerston não quiz entabolar negociações com a rainha em quanto está lhe não passou um escripto de obrigação. Ahí publicamos esse acto de vergonha da corôa. E' um despacho de 5 de abril: diz n'elle lord Palmerston a sir Seymour.

«Se o governo portuguez consentir em adoptar a linha de conducta proposta pelo governo de S. M. B. torna-se de absoluta necessidade, antes da partida do coronel Wilde para o Porto, que procureis obter um documento escripto que demonstre as intenções de S. M. F. pela fórma enunciada no meu primeiro despacho; por que seria da maior inconveniencia que um official inglez fosse portador de uma semelhante communicação por parte da rainha de Portugal para que S. M. se obrigasse para com o governo britannico de fórma tal que no futuro se tornasse impossivel aos seus ministros, officiaes, ou conselheiros o infringirem ou illudirem uma parte qualquer dos compromettimentos em que se constituiu para com o governo de S. N. B.»

A rainha deu esse escripto — foi a venda da sua alma ao diabo, foi a entrega da sua corôa ao estrangeiro! Quem respeitará d'ora em diante semelhante rainha? Quem ha de resgatar aquelle escripto fatal? Oh vergonha, oh deshonra!

Se lord Palmerston desconfiou, permitta-nos que desconfiemos tambem, nós que perdemos mais do que elle; e se ahí ha boa fé terminem essa guerra assaladora accendado aos termos honrosos que a junta acceitou, e cumprindo aquelles que nos são favoraveis.

E' injuriosa a exigencia de querer que Saldanha entre no Porto. O poltrão que nunca soube atacar os valentes não deve pôr alli pé. Se a nossa causa é a da justiça, se a da côrte, como dizem os ministros inglezes é a do despotismo, para que ha de este ir assoberbar os muros de uma cidade heroica? Para que se hão de humilhar os defensores da liberdade pelos satellites d'esse despotismo stygmatisado no protocollo?

Todo o sangue que correr deve cair sobre a cabeça dos alliados, que o podem evitar e não evitam. A junta cumpriu o seu dever.

INGLATERRA

CAMARA DOS COMMUNS

Sessão de 14 de junho

«Mr. Borthwick citou o procedimento Canning em 1826 que veio á camara pedir auctorisación para interferir nos negocios de Portugal. Dis-se para justificar a intervenção que se

nós não interferissemos, interferiria a Hespanha. Esta resposta é inepta, esta politica é uma politica de medo. O principio da não interferencia conduziria a um absurdo se se entendesse que nós deviamos praticar uma acção deshonrosa associando-nos áquelles que a quizessem praticar pelo contrario esse principio significa que nós não só não devemos intrometer-nos nos negocios domesticos dos outros estados, mas que não devemos consentir que os outros se intromettam.

« Diz o ministerio que vai segurar alli a carta de D. Pedro; mas a unica cousa que elle faz é dar áquelle povo a esperanza da alma d'uma constituição morta.

« E aonde está a garantia? Na boa fé da rainha! Lord Palmerston brinca: a boa fé da rainha! A rainha de Portugal é tão inconstante como a fortuna — fallar na boa fé da rainha é o mesmo que dizer *lucus á non lucendo*.

« Mas a rainha garante uma amnistia! Olhem que milagre, que sacrificio! A rainha é que devia pedir uma amnistia ao seu povo a quem tem offendido; e a nossa mediação devia ser sómente para que o povo lha desse, e não para fazermos do almirante Parker o sub-carcereiro da rainha.

« Acrescentou que o coronel Wilde não era mediano, mas um agente da facção cabralista, e que não havia na sua carreira um só acto de imparcialidade. Por fim concluiu:

« Lord Palmerston quebrou a alliança que existia entre as dous paizes, alienou as affeições do povo portuguez, sacrificou as suas liberdades, lançou os fundamentos d'um despotismo futuro e injuriou irrevogavelmente o prospecto da liberdade europêa.

Lord Manners, disse:

O estado de Portugal é este:—o povo desesperado e enfurecido, a nobreza proscripta e alienada, uma administração fraudulenta e perjura, um thesouro fallido.

Em 20 de outubro escrevia mr. Bulwer de Madrid a lord Palmerston. « Sei que o marechal Saldanha pediu ao encarregado de negocios hespanhol em Lisboa a intervenção armada, e creio que tambem escreveu á França e Inglaterra mencionando os receios de se tornar miguelista a conspiração, e pedindo o auxilio da quadrupla alliança com esse pretexto.»

Isto mostra que os cabraes desde o principio da questão só viram a salvação na força estrangeira; isto mostra que a revolução é inteiramente popular.

A 11 de fevereiro lord Palmerston escrevendo ao coronel Wilde disse: « A interferencia de Hespanha debaixo do tractado da quadrupla alliança destruiria a independencia de Portugal; e seria contraria á honra e dignidade da corôa portugueza, assim como repugnante aos principios que dirigem a politica externa da Grã-Bretanha.» Como é que se quiz agora destruir essa independencia? Como é que se não attendeu agora á honra e dignidade da corôa portugueza? Como é que variaram agora os principios que dirigiam a politica externa da Grã-Bretanha.

Não confiou no presente ministerio de Portugal

porque é dos adherentes de Costa Cabral, e alguns dos seus membros notaveis pela sua baixa subserviencia.

Mas se a camara dos communs não pôde chamar d'Angola os infelizes, se não pôde fazer ressuscitar os mortos, pôde repudiar o precedente estabelecido pelo seu governo, pôde, se lhe aprouver, proclamar ás potencias da Europa que não estamos ligados por este acto, pôde dizer que protesta contra elle, que o condemna, e que não consente que sirva de regra para o futuro.

Mr. Macaulay, membro do gabinete, disse:

Não ha duvida que o throno de Portugal tem estado cercado de mãos conselheiros:—(ouçam) não ha duvida que tem tomado as medidas mais violentas e mais inconstitucionaes—não ha duvida que alguns actos que eu sinto ser obrigado a designar como crueis, têm deslustrado a historia do governo portuguez—(ouçam, ouçam, ouçam) não ha duvida que circumstancias têm occorrido que justificam o povo portuguez por desconfiar das seguranças do seu governo (ouçam, ouçam, ouçam.) E não me admira por isso que pessoas que não gostam da interferencia em geral, e que entendem ser má politica a interferencia nos negocios internacionaes dos outros estados, olham para esta com ciúme particular porque o seu objecto á primeira vista parece realmente ser o livrar um mau governo das consequencias da falta que tem commettido (ouçam) sei isto, mas o governo escolheu de dois males o menor porque não nos ficou senão a escolha de males.

A rainha de Portugal tem estado constantemente debaixo da tutela dos seus ministros. Se ella quer moderar os seus conselhos, ameaçam-n'a com a renuncia dos seus empregos e commandos. (1)

As invectivas contra a rainha de Portugal são o maior panegirico da nossa conducta. — A primeira queixa é que severos castigos eram impostos aos que pegaram em armas: — nós estipulamos uma absoluta e completa amnistia. Pôde inferir d'aqui alguém a crueldade da rainha, mas eu infiro antes que de lhe custar muito a acceder a esta amnistia se deve inefrir pelo contrario que a ha de cumprir. Se podia quebrar a palavra tão facilmente para que havia de de resistir a dal-a? Mas observai o processo. Ao principio disse ella: *concordo em não haver pena capital, mas é preciso deportar algumas pessoas de Portugal.* Não (dissemos nós). *Não quero mandal-os para um exilio cruel e distante—só os mandarei para Paris. Terão os seus soldos regularmente pagos, e o governo dar-lhe-ha alguma cousa para as despesas.* Nem uma milha fóra do territorio portuguez. *Só deportaria 18? Não. 16? Não. 14? Não. 12? Não.* Nem um (grandes applausos. E é pusilanime este procedimento do governo inglez que não consente que nem um só membro da junta seja enviado para Paris dez mezes do anno? (ouçam, ouçam).

Queixaes-vos de não haver côrtes! No segundo artigo estipula-se que as côrtes sejam immediatamente convocadas.

(1) Não é assim. A rainha é mais sanguinaria que os seus ministros. A politica de perseguição é toda d'ella. O tractamento incivil e grosseiro que deu ás familias dos desterrados de Angola não é acto ministerial. A indecencia com que foi desgrenhada ás janellas do palacio noticiar o desastre de Torres Vedras é um facto pessoal.

Queixae-vos dos cabralistas! O art. 3.^o estipula contra a entrada d'elles para o poder.

(Uma voz: «Como garantis vós isso?»)

Não posso conceber melhor garantia do que esta:—que em vez d'um arranjo entre a rainha e seus subditos tendes um arranjo entre a rainha, Hespanha, França e Inglaterra. Ora estas potencias teem o indubitavel poder de obrigarem a rainha de Portugal a cumprir pontualmente tudo aquillo que nós quizermos.

Lord Bentinck:

Disse que o argumento para a interferencia era querer a França e Hespanha interferir; mas que n'esse caso o dever da Inglaterra não era violar o principio, mas fazer que as outras potencias o observassem. Que porém não era verdade que as outras nações interferissem sem o auxilio e consentimento da Grã-Bretanha. Verdade é que o sr. Pacheco mostrou desejos de interferencia, mas fazendo-lhe ver o sr. Bulwer que isso sem o consentimento de Inglaterra podia ter serias consequencias, o sr. Pacheco disse que podia estar certo que nada se faria sem a concurrencia do gabinete britannico: e pergunta-lhe M. Bulwer se podia estar certo d'isso replicou:—*Sim inteiramente certo, e adoptando estas idéas recusei mandar a Portugal uma legião auxiliar.* Nos despachos de mr. Guizot não se vê se não que elle desejava concertar-se com os seus alliados.

Os tratados não foram feitos para manter a corôa de Portugal no duque de Brangança e seus herdeiros, mas para manter a integridade do reino e seus dominios; a rainha de Portugal hoje só possui o territorio que as suas tropas pizam; a revolução não é uma insurreição sustentada pelas classes mais baixas do povo, mas debaixo da bandeira do povo militam miguelistas o pedristas, cartistas e septembristas; de 120 cavalheiros da antiga nobreza de Portugal, só 9 estão do lado do governo.

Dizem que nos dão por garantias a boa fé da rainha de Portugal (ouçam, ouçam, ouçam). Se a garantia da boa fé de D. Miguel em 1833 era uma zombaria, como dizia então lord Palmerston, que é agora se não uma pura zombaria a boa fé da rainha de Portugal? (ouçam, ouçam). Substituí o nome da rainha de Portugal pelo de D. Miguel, e applicae a sentença. É proverbial a quebra de fé dos juramentos d'esta soberana. Jurou manter a carta, e violou grosseiramente todas as suas disposições só porque receiou que o resultado provavel das eleições seria virem ás côrtes deputados que exigissem a expulsão de Dietz e a accusação dos Cabraes cujo governo de venalidade e corrupção destruiu a fazenda de Portugal, e no methodo dos impostos recorreu a oppressões inauditas. Orçava a despeza do exercito, e pedia dinheiro para 19 mil homens quando só tinha 10 mil! É notorio que vendia todos os empregos em Lisboa menos os de juizes, e escambavam-se os contratos publicos a fim dos Cabraes augmentarem os seus emolumentos. O Cabral era ainda ha cinco annos uma pessoa obscura filho d'um procurador de causas perdidas d'uma aldeia da Beira, e com tudo não tendo mais de 800 libras do seu ordenado an-

nual, appareceu de repente um dos homens mais ricos de Portugal, comprando a quinta de que tomou o titulo de Thomar.

O fim de uma lei de saude era crear 5:000 empregos para os vender. Portugal todo, homens e mulheres, levantou-se contra a administração cabral. Não é estetodo o catalago dos seus crimes. O povo foi assassinado e roubado por todas as fórmas—fez-se uma agiotagem vergonhosa com o tabaco, sabão e polvora. Trinta leis diversas passaram sem ser approvada em côrtes, e nas eleições, em vez de serem livres, as tropas foram votar por companhias contra a carta. As listas eram de côres para revelar o segredo do escrutinio. Segundo a carta, a força militar não devia interferir nas eleições, mas os eleitores foram fuzilados em muitos logares. Lançou-se um pesadissimo imposto para as estradas, que não eram senão meios de agiotagem. Estas estradas eram entregues a companhias cabralistas. Obras que deviam custar cem custavam tres ou quatro vezes mais. Existem provas irrecusaveis de que José Cabral, um dos dois irmãos, levou 50 mil libras pelo contracto das obras publicas entre Lisboa e Porto. Estes grandes roubos para que o povo não podia concorrer pela sua pobreza é que deram logar ao levantamento em massa em 1846.—A rainha disse ao povo—*Confia em mim.* O povo confiou, mas nas vespersas das eleições aconteceu o que nós sabemos. Eis-ahi a boa fé da rainha! O seu partido tem sido um partido de sangue. Fez n'um combate 150 mortos, e um prisioneiro; pelo contrario a junta faz sempre muitos prisioneiros, e quasi nenhuns mortos. E' porque os cabralistas matam os inermes. A rainha que deportar liberaes. E porque não quer deportar cabralistas?

Tudo isto é que tem feito levantar o paiz inteiro contra ella. Que garantia temos nós para o governo constitucional em Portugal? Diz-se que a rainha não se compromettera para com o seu povo, mas para com a Hespanha, França e Inglaterra. Mas o espirito de independencia está violado, e como pôde o povo continuar a ser governado? O methodo era ter consentido que esse povo se governasse por si mesmo.—Era dever nosso proteger a independencia de Portugal, mas não proscrever leis ao seu povo.

Eis-ahi fica essa memoravel sessão. Não é a ultima, nem das mais salientes. Ainda veremos mais nos numeros seguintes.

A humanidade da nossa affavel soberana ahi fica demonstrada pelo que dizem os membros do gabinete britannico, e nós só nos sorrimos de dó quando ouvimos dizer que a prova da boa fé da rainha é a má vontade com que ella accedeu á amnistia que elrei Palmerston lhe impoz!

Pela nossa parte agradecendo tão miseraveis favores, declaramos que não carecíamos d'elles, e que podem os srs. Macaulay, Palmerston e Lansdowne vender essas finezas á rainha, mas perdem o seu tempo em pertender mostrar que fazem grande obsequio aos populares desarmando-os, e entregando-os inermes á furia d'um partido de assassinos.

O governo inglez não fez senão matar a liberdade n'este paiz para fazer a bocca doce ao marido da rainha Victoria.